

ESTRUTURAS MEDITERRÂNICAS TRADICIONAIS. A UTOPIA DA PAISAGEM URBANO-TURÍSTICA DO ALGARVE

Carlos Bragança¹, Marta Gonçalves², Gonçalo Prates³

¹ Departamento de Engenharia Civil, Instituto Superior de Engenharia, Universidade do Algarve; CIEO (Centro de Investigação sobre Espaço e Organizações)
cbraganca@ualg.pt web: <http://www.ualg.pt> ; <http://www.cieo.pt/>

² Departamento de Engenharia Civil, Instituto Superior de Engenharia, Universidade do Algarve
mgoncal@ualg.pt web: <http://www.ualg.pt>

³ Departamento de Engenharia Civil, Instituto Superior de Engenharia, Universidade do Algarve
gprates@ualg.pt web: <http://www.ualg.pt>

Palavras chave: Paisagem, Socalcos, Pedra-seca, Região urbana, Algarve

Resumo. Uma das características marcantes das paisagens mediterrânicas é a armação dos terrenos montanhosos em socalcos suportados por muros de pedra seca. Além do carácter identitário que imprimem na paisagem, as construções milenares em pedra seca estabelecem uma rede de compartimentação com várias funções ou utilidades, como suporte de terras, drenagem, armazenamento de águas, divisão de propriedade, limitação de caminhos e veredas. Para além destas funções, focar-nos-emos de forma especial nos valores sociais e éticos capazes de gerar alternativas de evolução da paisagem. No Algarve, se bem que os valores atribuídos pelas populações locais sejam determinantes nessa evolução, o papel dos turistas e população residente estrangeira pode, no entanto, ser fundamental para gerar novos contextos cénicos. O nosso argumento gira em torno do futuro da estrutura dos muros de pedra seca, a prospetar dentro da diversidade de possíveis soluções sobre o desenvolvimento da paisagem envolvente do sistema urbano, enquanto parte viva de uma unidade que inclui as áreas mais densamente urbanizadas. Designamos essa unidade região urbano-turística do Algarve, inspirada em duas referências utópicas: a de 'região urbana' e a de 'agropólia', em que a paisagem é assumida como bem comum e instrumento de conhecimento e reconhecimento –governança democrática– de espaços regionais.

1. Introdução

No contexto do mediterrâneo, torna-se bastante claro que a paisagem resulta de um longo processo de construção. Como em muitas outras regiões intensamente humanizadas, as paisagens nunca estão completas, uma vez que são constantemente construídas e reconstruídas através do compromisso das pessoas em relação às suas próprias imagens e ao seu ambiente biofísico (Backhaus, Reichler e Stremlow 2008).

A paisagem é, pois, um sistema complexo que resulta da interação constante do subsistema social com a sua base biofísica. Ora, para interpretar os sistemas complexos recorre-se normalmente a uma abordagem sistémica, na qual, em vez da análise detalhada de todos os elementos, se procura relacionar os diferentes elementos ou subsistemas estruturantes para gerar um modelo explicativo do funcionamento dinâmico do sistema. No entanto, dado que a paisagem envolve necessariamente emoções, impõe-se ultrapassar as tendências mecanicistas de abordagem das características biofísicas –e estéticas– enquanto objetos meramente observáveis e medíveis, que nos são exteriores. Nesse sentido, tentaremos aproximar-nos do significado mesológico da paisagem (Berque 2000 (reed. 1990)), para percebê-la na sua função de mediação entre as pessoas e o seu ambiente.

Isto implica que, para além da estreita relação com os restantes elementos estruturantes, nas suas diferentes dimensões –cultural, ecológica, sociopolítica, espiritual–, qualquer das características estruturais da paisagem nunca possa ser exterior a nós próprios enquanto indivíduos, sujeitos humanos e, sobretudo, enquanto sociedade. Será nessa perspetiva que procuraremos situar a análise da estrutura dos muros de pedra seca da faixa barrocal-litoral do Algarve que, como em muitos outros lugares do âmbito mediterrânico, modela as colinas ou montanhas que formam o esqueleto das paisagens (Braudel 2001).

Começaremos com uma breve descrição das principais características do ambiente do mediterrâneo, enquanto macrorregião mais abrangente, tanto em termos biofísicos como socioculturais, na qual o Algarve se insere. Será nesse contexto geográfico que situaremos a estrutura dos muros de pedra seca e das paisagens talhadas por socalcos enquanto produto do duro trabalho legado por muitas gerações. Assim, para além de apresentar as funções e características construtivas, importará refletir sobre o futuro desta estrutura distintiva da paisagem algarvia (Feio 1983) no contexto de um processo de contínua construção dessa mesma paisagem.

E tal processo nunca poderá ser desligado das ideias dominantes que as diferentes sociedades têm do mundo que as rodeia, dado que são as crenças religiosas e as formulações filosóficas que influenciam as ações de transformação dos lugares. Portanto, a evolução das paisagens será necessariamente desenvolvida no quadro estratégico em que tais ações se inserem. Por exemplo, a aceleração das mudanças que presenciamos nas paisagens atuais, que tantas vezes conduz a situações ecológica e socialmente insustentáveis e sem aparente solução, não são mais do que uma consequência do dualismo derivado da lógica aristotélica. São precisamente essas ausências de solução que nos levam a tentar mostrar utopias positivas para prospeção da evolução da paisagem enquanto parte viva –de maior atividade biológica– dos lugares que a maioria das pessoas habita.

Essa é a razão pela qual iremos explorar a utopia da região urbano-turística do Algarve, baseada na paisagem como bem comum (Petrella 1996). E será com este enquadramento que iremos indicar um leque de situações suscetíveis de influenciar o futuro da estrutura da paisagem na qual os muros de

pedra seca constituem peça fundamental. O estímulo da participação ativa do público será então a peça chave para legitimar opções efetivas. Apesar de não abordarmos concretamente o processo de participação, motivo pelo qual não podemos apresentar resultados palpáveis, utilizaremos a paisagem enquanto instrumento de conhecimento e reconhecimento (Forman 2008) –governança democrática– de espaços regionais.

2. Enquadramento geográfico do Algarve

A região do Algarve localiza-se no golfo de Cádiz, vestibulo da porta oeste de entrada do mar mediterrâneo, conhecida pelas colunas de Hércules. De uma maneira geral as influências mediterrânicas são aqui bastante evidentes, tanto a nível do clima, como da vegetação e mesmo nas tradições e hábitos populares. Entre as muitas características mediterrânicas que marcam a paisagem algarvia, os socalcos das colinas do barrocal constituem o fator distintivo da região (Feio, 1983). Em todo o ambiente mediterrânico, os socalcos foram edificados pelo duro trabalho de gerações, sendo suportados por muros de pedra seca que no seu conjunto formam uma estrutura quase contínua e articulada, como se de uma única peça construtiva se tratasse. Esta estrutura desempenha um papel decisivo a nível de conservação de agrossistemas tradicionais e de valores culturais, ecológicos e estéticos.

Apesar de o relevo do barrocal algarvio não ser tão vigoroso como em outras regiões mediterrânicas, o conjunto das suas colinas não deixa de constituir o pano de fundo da paisagem costeira, enquadrando-se assim na apreciação de Fernand Braudel (2001, 19): "O espaço mediterrânico é devorado pelas montanhas. Elas encontram-se presentes até à orla marítima, abusivas, encostadas umas às outras, inevitáveis, esqueleto e pano de fundo da paisagem."

Este cenário de colinas calcárias do barrocal, de alinhamento sensivelmente paralelo à costa, define uma espécie de anfiteatro aberto ao mar, protegido dos ventos mais frios de inverno pela cadeia montanhosa de xistos a norte –a Serra algarvia–, o que contribui para acentuar ainda mais a dominância de clima tipo mediterrânico em toda a orla litoral-barrocal (Figura 1).

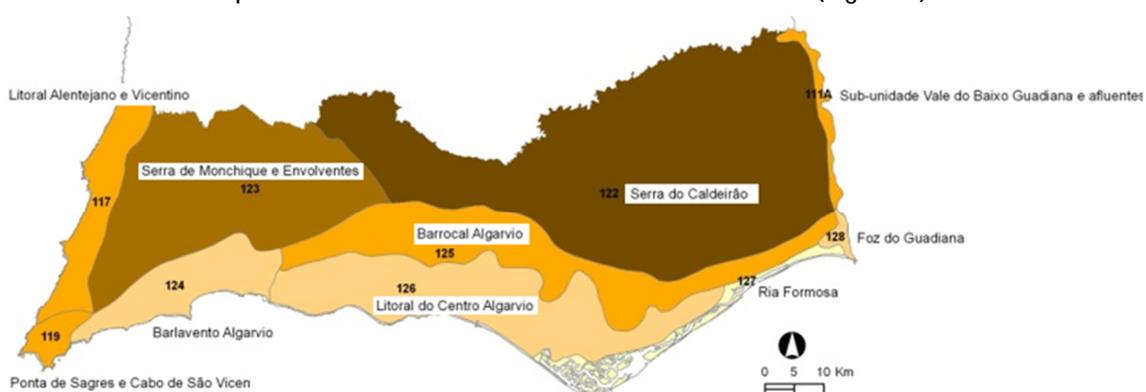


Figura 1. Esquema das Unidades de paisagem do Algarve. Fonte: Abreu, Correia e Oliveira (2004)

3. Principais características físicas e impactes

No substrato calcário do barrocal, em grande parte do período Jurássico, desenvolve-se todo um complexo sistema de aquíferos de grande produtividade e com água de boa qualidade, pouco explorados até à década de 1990, com ligações hidráulicas aos sistemas aquíferos litorais (Costa, et al. 1985) que garantiram o abastecimento urbano até aos alvares do século XXI. A ocupação tradicional de pomares de sequeiro¹ contribuía para a proteção das águas subterrâneas e, ao mesmo tempo, proporcionava a obtenção de produtos alimentares para a população, através de frutos e plantas leguminosas, permitindo ainda a alimentação de gado. Além disso, constituía uma fonte de rendimento devido à exportação, numa escala apreciável, de produtos como o figo, a amêndoa e a alfarroba; já o conhecido geógrafo e cientista árabe Edrisi, do século XII, falava dos figos de Silves exportados para todas as regiões do Ocidente (Feio 1983).

O equilíbrio estabelecido pela ocupação cultural durante gerações viria a ser perturbado nas últimas décadas, em que assistimos a dois fenómenos determinantes na transformação do território e da paisagem.

Por um lado, o choque turístico que conduziu à densificação da ocupação construída da orla litoral, bastante evidente em algumas zonas, que induziu uma especulação fundiária mais ou menos generalizada, tornando expetantes para fins urbanísticos muitos dos solos mais férteis do litoral e levando ainda à disseminação de edificação dispersa alastrada às primeiras colinas do barrocal, particularmente onde são evidentes as vistas sobre o mar.

Por outro lado, a evolução das técnicas de bombagem de águas subterrâneas veio proporcionar primeiro a exploração em maior escala de aquíferos litorais e, posteriormente, a dos aquíferos mais a norte no coração do barrocal. Na primeira fase, a intensificação agrícola no litoral levou quer à sobreexploração de alguns aquíferos aumentando o risco de intrusão salina, quer à contaminação por nitratos de uma extensão apreciável desses aquíferos, que assim deixaram de poder fornecer água de qualidade para abastecimento urbano; em consequência, o abastecimento urbano passou a ser garantido por águas superficiais num sistema de barragens de fins múltiplos, previsto no plano de rega do Algarve concebido na década de 1950. Na segunda fase assistiu-se à implementação de perímetros de rega e ao apoio a iniciativas particulares para extração de água em extensões apreciáveis do barrocal, que alteraram a ocupação tradicional de sequeiro e têm levado, devido à intensificação agrícola, à paulatina degradação da qualidade das águas subterrâneas, em particular no maior aquífero do Algarve, conhecido como Querença-Silves (Bragança 2006).

¹ O pomar de sequeiro é basicamente constituído por plantações de figueiras, alfarrobeiras e amendoeiras em povoamentos mistos, geralmente pouco cerrados, predominando localmente uma destas árvores (Feio 1983). No sub-coberto, entre outros aproveitamentos agrícolas, é usual haver regularmente sementeiras de leguminosos, favas ou ervilhas, que, além do valor alimentar, contribuem para incorporar azoto no solo.

4. A estrutura de muros de pedra seca

A conservação da água e do solo, elementos fundamentais para a sobrevivência de uma sociedade com recursos tecnológicos aparentemente pouco desenvolvidos, foi assegurada em grande parte pela estrutura de muros de pedra seca que sustenta os socacos do barrocal e que modela o pano de fundo da paisagem que enquadra a própria concentração urbano-turístico da orla litoral. Com efeito, nas paisagens mediterrânicas, sujeitas há milénios a sucessivos desmatamentos, o controlo da erosão das encostas e o encaminhamento das escorrências encontra nos socacos e nos muros de pedra seca, arduamente edificadas, o melhor exemplo de adaptação da sociedade à adversidade das condições naturais (Larcena 2012). Nos ambientes mediterrânicos, o fator determinante em relação ao qual sempre houve preocupação em dar respostas adequadas, foi a água. Como destaca Bethemont (1982), por um lado, concentra-se demasiada água em pouco tempo e, por outro, deixa de haver suficiente durante muito tempo, o que traz preocupações constantes em termos agrícolas e ambientais. O regime torrencial provoca, igualmente, um impacte erosivo bastante forte, sobretudo nos montes sujeitos a desmatamentos constantes, arrastando os solos geralmente pobres. Os socacos dão, pois, resposta, tanto a necessidades de retenção de água, ao atenuar as velocidades de escorrência e facilitar pequenas retenções ou infiltrações, como de retenção de solos (figura 2).

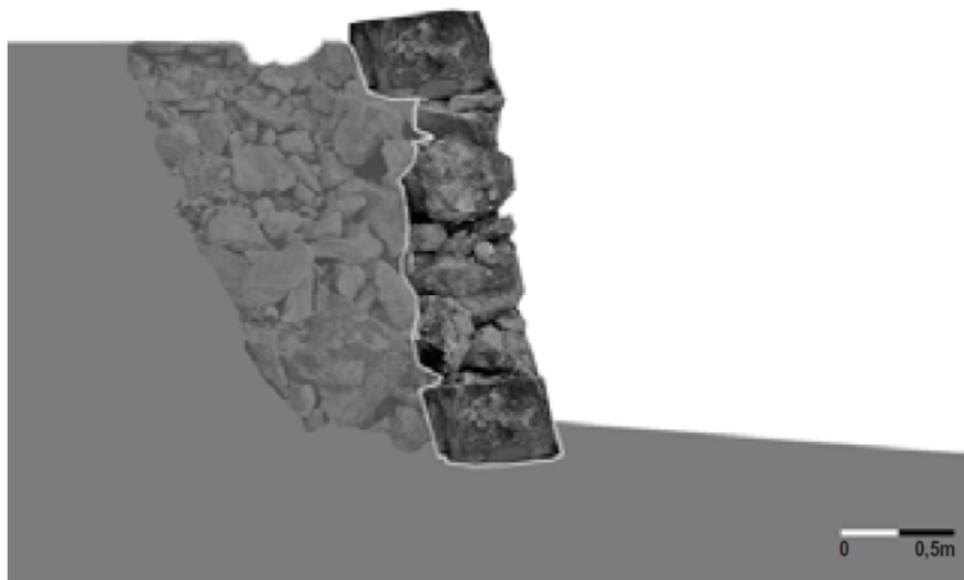


Figura 2. Corte esquemático de um muro de pedra seca com funções de suporte de terras em socacos no barrocal algarvio. Fonte: Antão (2010).

Desempenham assim duas funções inseparáveis e aparentemente contraditórias, a de drenar as águas para fora das folhas de cultura evitando que elas arrastem as terras e, paralelamente, captam água para rega (Larcena 2012) que, no caso de relevo calcário, como o do Algarve, se infiltra em

profundidade, alimentando depósitos subterrâneos e acaba por cumprir funções complementares de manutenção dos aquíferos litorais e controlo da cunha salina (ver figura 3).

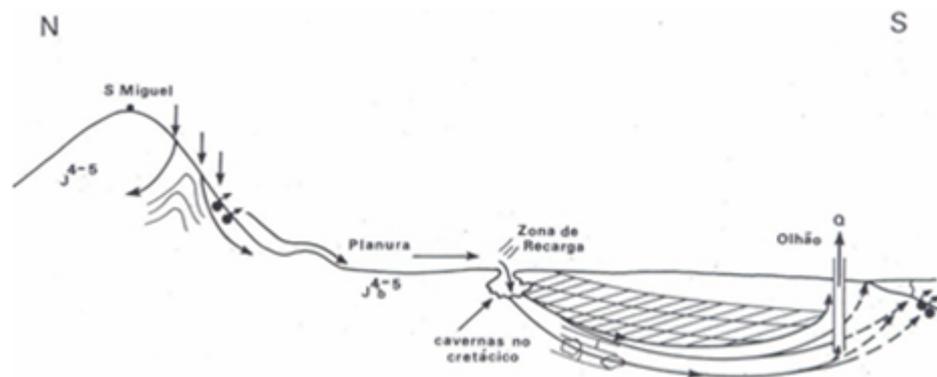


Figura 3. Pormenor das ligações hidráulicas entre as colinas calcárias e a planície litoral, junto ao cerro de S. Miguel, a norte de Olhão. Fonte: Costa et al. (1985)

Como refere ainda Larcena (2012), os muros funcionam como uma verdadeira rede de saneamento, deixando passar a água através de uma espécie de dreno formado pelo conjunto de pedras miúdas colocadas atrás do enrocamento do paredão (percetível na figura 2). As águas são depois drenadas lateralmente como que por micro valas talhadas sob os muros e daí vão para a parcela abaixo. Há depois umas trincheiras descendentes que cruzam as encostas recebendo as águas das micro valas dos socalcos e as vão encaminhar para valados e barrancos. Ao receberem as águas das encostas, os valados cumprem pelo menos três funções, uma vez que quebram a corrente torrencial atenuando a erosão, permitem encaminhar ou reter os limos ou sedimentos e ajudam a captar águas que podem vir a ser usadas para rega. Para ajudar a reter os sedimentos constroem-se ainda travessões ou pequenas barragens transversais nos pequenos vales, formando plataformas idênticas aos socalcos de encosta, onde o solo é necessariamente mais rico e com maior teor de humidade (ver figuras 4, 5 e 6). A distribuição espacial da estrutura dos muros está pois longe de ser aleatória, obedecendo a uma relação entre as características biofísicas e a atuação humana em função das suas necessidades (Reynès 2000). Da adaptação à topografia resulta toda uma rede articulada, de formas variadas, em que predominam os desenvolvimentos sensivelmente paralelos às curvas de nível, entrecortados por outros de desenvolvimento quase perpendicular e de características ligeiramente diferentes, entrosando este entramado com outros muros de divisão de propriedade ou de marcação de caminhos. Em termos construtivos, surgem diversas técnicas de aparelhamento da pedra, de capeamento, de contrafortes, de pequenas construções de armazenamento e inclusive de abrigo, conferindo várias texturas, formas e matizes de tonalidade. A distribuição da vegetação ao longo dos próprios muros configura igualmente uma rede ecológica de extensão assinalável. No Algarve resta

por sistematizar todos estes aspetos que não podem deixar de se revestir de particular importância na avaliação da qualidade da paisagem.

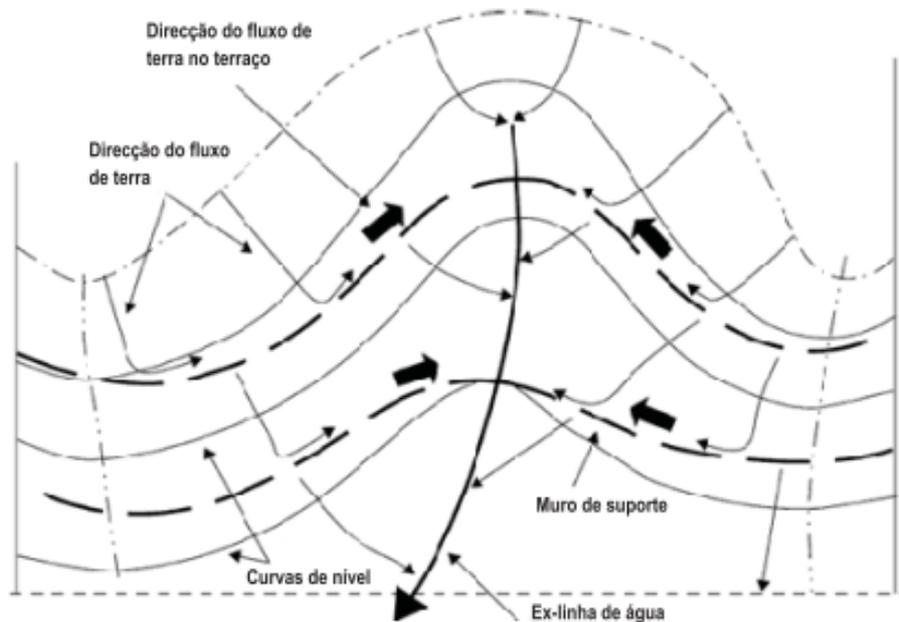


Figura 4. Esquema dos fluxos de terra numa vertente com armamento em socalcos. Fonte: Antão (2010) com base em Foster (2004).



Figura 5. Imagem aérea de armamento em socalcos junto a um pequeno vale, cerca do cerro de S. Miguel, sendo visível a armamento de encostas e vale, modelando os 'caminhos da água'. Fonte: Google Maps, 2017.



Figura 6. Imagem típica da armação em socalcos, sendo visível as trincheiras de drenagem. Foto de 2003, cerca de S. Brás de Alportel, a norte de Faro. Fonte: Bragança (2006)

5. Bases socioculturais da construção da paisagem

Os socalcos suportados por muros de pedra seca constituem, pois, um exemplo eloquente do princípio, mais ou menos consensual, de que a paisagem é o resultado da interação de uma sociedade concreta com o seu ambiente. Portanto, para além dos aspetos objetivos quanto à interação dos fatores naturais, tantas vezes transformada pela ação da própria sociedade, a compreensão de uma paisagem implica a interpretação desses aspetos através da sua visualização, contemplação formal e apreensão por meio de todos os sentidos. Por esse motivo, a construção da paisagem é um processo que envolve tanto os aspetos objetivos como os subjetivos. É a este íntimo envolvimento do sujeito (humano) e do objeto (físico/biológico), como duas metades da mesma realidade, que Augustin Berque chama 'trajecção', significando que a paisagem será definida em função da perceção que algumas sociedades imprimem à dinâmica dos fatores ambientais. "A trajectividade significa que as coisas existem em conformidade com a maneira como as apreendemos [saisissons] pelos sentidos, pelo pensamento, pelas palavras e pela ação" (Berque, *Tétralemme et milieu humain : la mésologie à la lumière de Yamauchi* 2013, 63).

No caso a que nos vimos a referir, da paisagem marcada pelos muros de pedra seca, resulta mais ou menos clara a transformação impressa por gerações no sentido de assegurar as melhores condições de satisfação das suas próprias necessidades. Falta, então, por parte das sociedades que atualmente

vivem essa paisagem, a manifestação da sua sensibilidade para apreendê-la enquanto parte integrante do seu próprio equilíbrio. Porque, como o filósofo japonês Tetsuro Watsuji claramente expôs, a relação entre a sociedade e o seu ambiente é “o momento estrutural da existência humana” (Watsuji 2011 (1935)), sendo de notar que o *momento* tem aqui o significado atribuído pela física, mecânica, ou seja, a expressão do encontro –equilíbrio– de duas forças, neste caso, entre um sujeito individual ou uma sociedade, de um lado, e, do outro, o seu ambiente –ou a sua metade.

As degradações registadas, a ritmo galopante, nas últimas décadas em muitas zonas do litoral e do barrocal algarvio, acontecem em resultado de tomadas de decisão alheias a esse sentido de interdependência entre a sociedade e a paisagem que a envolve; a sociedade que modelou, que gerou a sua paisagem para dela se alimentar, não apenas no sentido biológico, mas também de equilíbrio físico, emocional e espiritual.

5.1. Raiz filosófica

No chamado mundo ocidental, tal interdependência foi desde há muito teorizada, tendo sido ofuscada durante largo tempo, o que viria a ter consequências crescentemente negativas, para só há relativamente pouco tempo se vislumbrar uma mudança de sentido.

Com efeito, já Platão, no *Timeu*, explanava uma formulação filosófica do mundo ao propor o termo *chôra* para traduzir metaforicamente as relações espaço-comunidade humana. A *chôra* estaria situada entre o Ser relativo –*genesis*, que nasce, vive e desaparece– e o Ser absoluto –*idea*, independente do tempo e do espaço.

Esta formulação traduzia, no fundo, o conceito grego de cidade-região, que incluía não apenas o espaço edificado, como todo o espaço envolvente da urbe, espaço esse moldado pela comunidade regional e que, ao mesmo tempo, satisfazia todas as suas necessidades.

Portanto, não considerando a *idea*, a *chôra* alimentava a *genesis*, a qual não podia viver sem a *chôra*, formando ambas o mundo sensível, o *kosmos*. Por essa razão, na formulação de Platão a *chôra*, ou seja, o meio que envolve o existente (Brisson 1994, Berque 2013), resultava ao mesmo tempo na marca e na matriz desse existente, sendo uma coisa e o seu contrário. Segundo Berque (2013), tratava-se de uma *aporia* que Platão não podia ultrapassar, dado que não admitia a existência desse terceiro género –*triton allo genos*, nem Ser relativo nem Ser absoluto–, que ele identificava na *chôra*.

5.2. A perspetiva moderna

A lógica aristotélica ampliou esta *aporia*, rejeitando definitivamente o terceiro género para consolidar as bases do dualismo moderno, com influência decisiva no chamado pensamento ocidental. Quanto à percepção ‘ambiental’, refere Berque (2000 (reed. 1990)) que o sentido dual da lógica de Platão levou a que se deixasse de relacionar o micro, com o meso e o macrocosmos, enquanto componentes

intrínsecos da identidade humana, uma vez que o lugar passou a ser considerado um fator exterior ao indivíduo, em vez de fator fundamental da sua própria identidade. O meio viria a ser considerado, por exemplo, um objeto neutro, na ótica de Descartes, ou o espaço absoluto, homogêneo, isotrópico e infinito da física Newtoniana (Naredo 1982). Aqui se identificam, no fundo, as bases ontológicas do modernismo, com influência dominante nas formas de organização espacial atuais e, conseqüentemente, na forma de entender as nossas relações com o ambiente.

Na perspectiva da geografia mesológica, esta externalização é a raiz da perda de sentido 'Kósmico' das sociedades modernas. Isso explica porque nas atuais áreas metropolitanas, onde vive a maior parte da população, as políticas urbanas exploram um imaginário de paisagem com a intenção de ignorar o duro trabalho humano que esteve na origem das paisagens reais e procuram centrar as atenções em 'naturezas' ideais.

Segundo Donadieu (2012), a economia capitalista liberal tira partido da tendência popular para copiar a aposta das elites em tornar o trabalho invisível para a sociedade. Ao ser cortado o laço existencial que prendia as pessoas a uma interpretação autónoma da paisagem, perde-se o sentido humano do mundo em que se habita, para se ficar condicionado por objetos e espaços fétiche. Isso explica que não haja reação a cidades sem arquitetura de escala, ambientes sociais de crescente desigualdade, vida urbana segregada e vigiada, abastecimento alimentar duvidoso, planos fictícios de ordenamento do território, degradação crescente das condições ambientais.

É neste mundo que vive a maior parte das pessoas atualmente –um mundo globalizado e virtualizado– e a pergunta que naturalmente se coloca será a de saber como poderemos avançar em sentido diferente e descobrir caminhos alternativos.

6. A utopia e as paisagens 'kósmicas'

É precisamente perante um mundo como o atual, aparentemente sem alternativas viáveis que se recorre às utopias para imaginar saídas possíveis, tal como aconteceu noutras situações de bloqueio. Como refere Donadieu (2012), as utopias sugerem mundos virtuais e racionais, que não são nem predições nem previsões, mas apenas constroem uma sociedade virtual sem localização geográfica; a ilha da utopia de Thomas More será o exemplo mais famoso. Se bem que toda a utopia prossiga valores de bem-estar comum, há que distinguir entre as utopias quiméricas, baseadas em crenças dogmáticas próprias de perspectivas dualistas, e as utopias realistas, sem aporias nem dramas sociais, que procuram a riqueza comum baseada na solidariedade e respeito mútuo.

Segundo o economista altermundista Ricardo Petrella, o Estado do Bem-estar, que foi tomando forma após a grande depressão de 1929, aponta para a aspiração do bem comum baseado na solidariedade.

O objeto do bem comum é a riqueza comum, ou seja, o conjunto dos princípios, das regras, das instituições e dos meios que permitem ver e garantir a existência de todos os homens duma

comunidade humana. No plano imaterial, um dos elementos do bem comum é constituído pelo triplo reconhecimento nascimento-respeito-tolerância nas relações com o outro. No plano material, o bem comum é estruturado em torno do direito ao justo acesso de todos à alimentação, ao alojamento, à energia, à educação, à saúde, à informação, à democracia e à expressão artística. (Petrella 1996, 13).

Tal como o Estado do Bem Estar, também a sustentabilidade é em si uma utopia positiva, que sempre se procura mesmo sabendo que nunca se atinge na sua plenitude (Forman 2008). Muita da polémica semântica e conceptual que envolve a discussão à sua volta tem a ver com a forma de a tornar operativa. Ora, atualmente, face ao domínio das estratégias baseadas na maximização dos lucros dos investidores –capitalismo 1.0²– há um grande distanciamento entre os cidadãos e os centros de decisão, pelo que, uma das questões-chave para tornar operativa uma utopia realista é, sem dúvida, a escala.

Para procurar uma escala espacial e temporal apropriada, na qual possamos introduzir mudanças específicas no sentido de avançar para um mundo melhor, devemos ter presente o que Forman (1995) chama o paradoxo do ordenamento: “Os pequenos espaços são fáceis de modificar, mas são inerentemente instáveis. Os grandes espaços são difíceis de modificar, no entanto apresentam uma estabilidade considerável.” (Forman 2008, 316). As intervenções mais adequadas serão, portanto, em espaços de média dimensão, regiões ou paisagens, onde podemos provocar efeitos visíveis a curto prazo com possibilidades de durar a médio e longo prazo. Tal como quando tentamos cuidar do nosso próprio jardim, deveremos mentalizar-nos que “As paisagens e regiões não passam de meros jardins grandes em que investimos e dos quais cuidamos”. (ibd.)

O conceito de região urbana proposto por Forman (2008), decorre precisamente da escala em que a população poderá agir conscientemente sobre os fatores naturais, tanto nos espaços urbanos convencionais como na respetiva envolvente, para produzir efeitos de forma mais eficaz e duradoura. Este conceito, que o autor pretende situar nos espaços que concentram mais de 50% da população mundial, pode ser esquematizado numa espécie de ‘donut’ em que a parte vazia, o buraco do ‘donut’, corresponde ao tecido urbano mais compacto, com menos atividade ecológica, enquanto o recheio, o anel do ‘donut’, corresponderá à parte com maior potencial bio-ecológico e valor paisagístico (Figura 7).

Este conceito, apoiado em 38 exemplos de regiões urbanas em todo o mundo, vem ao encontro do pensamento e prática de planificadores urbanos dos fins do século XIX, primeira metade do século XX,

² Alguns autores vêm utilizando o termo ‘capitalismo 1.0’ para se referir à primeira versão do sistema capitalista, predominantemente caracterizada pela maximização do lucro dos investidores. Kaletsky (2011), por exemplo, identifica esta fase do capitalismo como típica do século XIX, em que as esferas política e económica eram distintas e as interações entre os governos e as empresas privadas se centravam em garantir receita militar e proteção de interesses poderosos.

como Patrick Geddes, Fredrick Olmsted ou Lewis Mumford. Os princípios fundamentais dessa corrente de pensamento giravam em torno da estreita interdependência entre a estrutura urbana e os espaços envolventes que suportavam e alimentavam essa mesma estrutura. No fundo, volta-se às origens do problema formulado por Platão no *Timeu* a propósito da *chôra*, para se voltar a considerar o *Kosmos*.

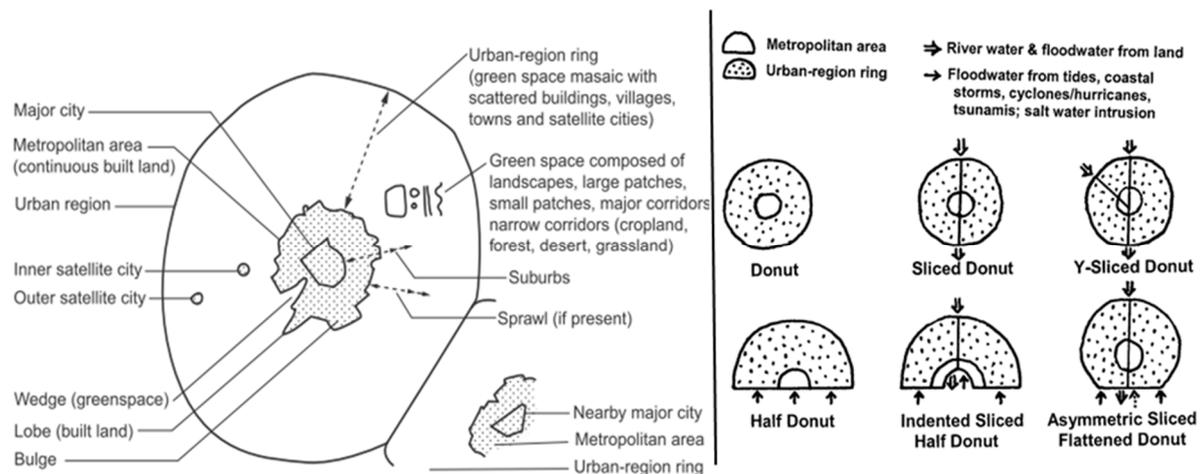


Figura 7. Esquerda: conceitos e termos das regiões urbanas. Direita: modelo 'donut'. Fonte (Forman 2008, 6)

7. A região urbano-turística do Algarve

Com efeito, poucas dúvidas haverá de que as reais aporias de hoje são as grandes metrópoles, na maneira como funcionam. É nesse sentido que as caracteriza também (Donnadieu 2012), ao apontar o futuro insustentável das cidades sem agricultura de proximidade, o que inverte o sentido da aporia que Platão atribuía à *chôra*. Dada a impossibilidade de soluções sustentáveis nas atuais áreas metropolitanas, o futuro irá depender do terceiro género – *triton allo genos* – que unifica a matriz e a marca das comunidades humanas reais. Assim, este autor concebe uma utopia idêntica à da região urbana, imaginando um mundo urbano diferente, com agricultura e agricultores efetivamente presentes, que denomina 'agropolia'.

Na 'agropolia' deverá então ser explicitamente implementada uma visão existencial do mundo urbano, segundo dois aspetos fundamentais. Por um lado, as paisagens e os lugares, serão percecionados como se apresentam na realidade, livres de padrões culturais impostos, compreendidos e contemplados para uma satisfação mais profunda que um mero conforto amorfo e uma estética de espetáculos. Por outro lado, será desenvolvida a sensibilidade dirigida aos laços que prendem as pessoas ao ambiente no qual vivem, para ultrapassar as escolhas fétiche inculcadas pelos especialistas que estimulam o consumo.

Em termos físicos, essa paisagem imaginária é assim descrita: "A Agropolia não é uma ilha, mas antes um arquipélago de Espaços Urbanos construídos entre os campos, os parques, as florestas e os lagos.

Acede-se livremente pelos caminhos de ferro e autoestradas, pelos portos e aeroportos. Para além da Agropolia, estende-se de um lado o oceano e do outro uma barreira de montanhas florestadas cortadas por vales rurais e pouco habitados. Nas cumeeiras, como nos fundos marinhos de mais altura, rodam sem cessar milhares de pás eólicas.” (Donnadieu 2012, 285).

Esta descrição identifica-se, a bem dizer, com uma utópica região urbano-turística do Algarve (Figura 8), tendo em conta a estrutura urbana polinuclear, na qual seria fácil reconhecer: 1) a massa construída dos centros urbanos convencionais e das urbanizações com fins turísticos-residenciais, correspondendo ao buraco de ‘donut’; 2) a miscelânea da edificação dispersa, pequenas vilas e aldeias, espaços verdes (campos de golfe, áreas de bosque e agricultadas, zonas húmidas, etc.), correspondendo ao recheio do ‘donut’; 3) o oceano atlântico como limite sul e ocidental e, como limite norte, as montanhas de xisto que formam a serra.

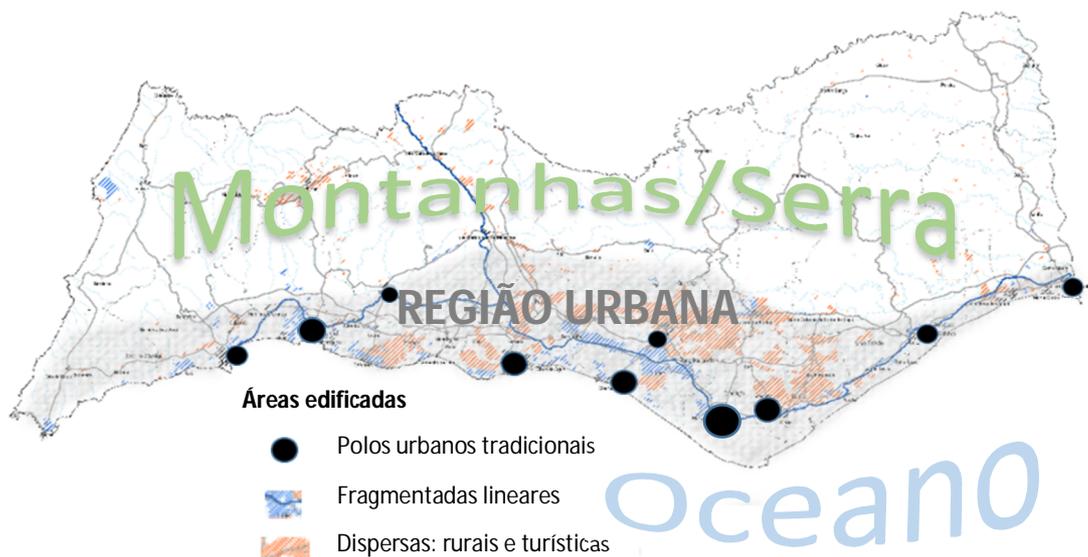


Figura 8. Esquema da região urbano-turística do Algarve. Elaboração própria.

8. As perspetivas de evolução da paisagem do Algarve

Apontadas as ideias alternativas para perspetivar a evolução da paisagem na sua função mediadora entre uma sociedade e o meio que a envolve, a grande questão que se coloca é a de saber até que ponto os diferentes agentes que usufruem da paisagem e a modelam poderão ser envolvidos num processo de participação, de modo a emergir um discurso ético quanto às possibilidades de desenvolvimento dessa paisagem (Hansen 2000).

Na nossa perspetiva, a emergência desse discurso depende de uma utopia positiva, neste caso a região urbano-turística do Algarve, tal como apresentado acima. Portanto, será dentro das respostas ao entendimento da paisagem como bem comum que se joga o futuro da estrutura dos muros de pedra

seca enquanto elemento vertebrador da construção da paisagem algarvia, até porque as tendências instaladas, em toda a frente norte mediterrânica, apontam para o abandono, a subsistência residual ou a destruição ou substituição progressiva dessas estruturas (Guerny e Hsu 2010).

8.1. Modelo de interpretação da paisagem

O envolvimento das diferentes sensibilidades requer clareza na comunicação e, nesse aspeto, o modelo explicativo da paisagem desenvolvido a nível do Swiss National Research Program 48 "Landscapes and Habitats of the Alps" (Backhaus, Reichler e StremLOW 2008), integra uma abordagem multidimensional na qual é possível partilhar e conetar os posicionamentos próprios de diferentes sensibilidades e disciplinas científicas.

O modelo, concebido numa perspetiva mesológica, é estruturado em dois eixos. O primeiro vai da natureza à cultura, dado que o papel da paisagem na mediação entre o ambiente natural e a atividade humana depende das regras assimiladas, dos modelos e dos padrões culturais. O segundo vai do indivíduo à sociedade, porque cada indivíduo, tendo a sua própria perceção, faz parte de uma sociedade que organiza e gere o espaço apropriado por diferentes grupos sociais (Figura 9).

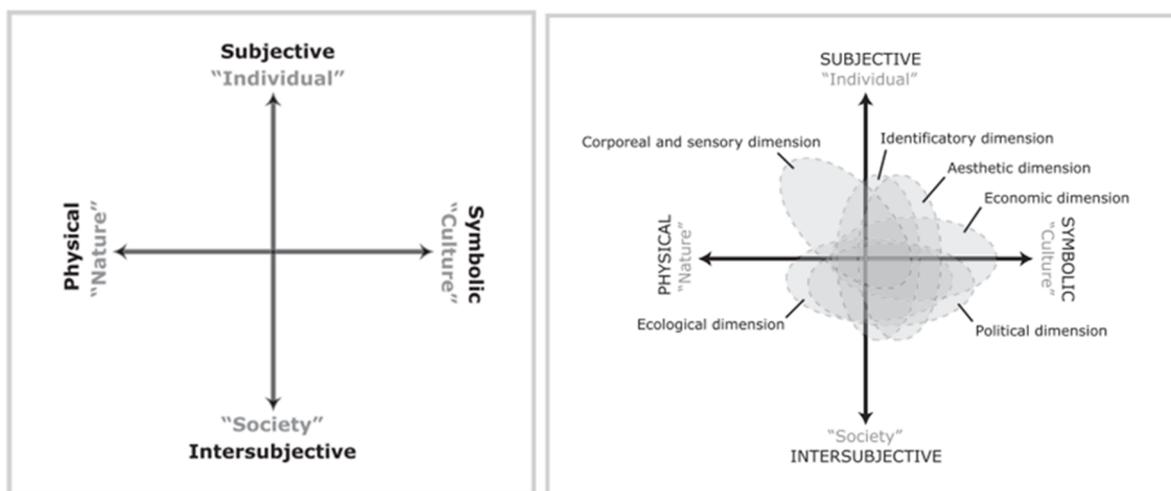


Figura 9. Esquerda: os 4 polos da percepção da paisagem. Direita: A multidimensionalidade das paisagens. Fonte: Backhaus, Reichler e StremLOW (2008)

Teremos assim quatro polos: físico, subjetivo, simbólico e intersubjetivo.

- A) O polo físico refere-se às primeiras impressões quando as pessoas contemplam uma paisagem: terra lavrada, rios, bosques, montes, estradas, animais, máquinas; no entanto, a paisagem não pode ser concebida de *per se*, de maneira 'objetiva', mas em função dos diferentes pontos de vista de quem a percebe.
- B) Por isso, o polo simbólico se reporta aos padrões culturais, estéticos e simbólicos que medeiam a percepção imediata que as pessoas têm do mundo –e das paisagens–; a arte e os media têm

um importante papel na transmissão de padrões que deixam de ser meros instrumentos de percepção para se converterem também em sistemas de interpretação.

- C) O polo subjetivo compreende, não só o sujeito enquanto centro de emoções, sensações e percepções –os sujeitos apreendem intencionalmente o que os rodeia utilizando não apenas a visão, mas igualmente todos os outros sentidos–, como também os sujeitos enquanto indivíduos parte de grupos sociais e que, nessa condição, retêm os aspetos da paisagem que melhor servem os seus interesses.
- D) O polo intersubjetivo resulta, assim, da paisagem como produto de práticas sociais – agricultura, comércio, lazer, etc.–, envolvendo fatores económicos –a paisagem como recurso com os correspondentes valor de uso e valor de mercado–, sentido de pertença – autenticidade, história, perspectivas de habitantes e forasteiros– e aspetos políticos –impactes das decisões políticas no desenvolvimento da paisagem.

Numa fase de desenvolvimento do método, Backhaus et al. (2008) consideram seis dimensões da paisagem nas quais os participantes podem aprofundar o seu ângulo de percepção, para depois partilhar e articular os diferentes posicionamentos (ver parte direita da figura 9). No entanto, a aplicação simplificada do modelo permite a percepção de várias possibilidades quando se explora as relações entre os polos.

8.2. As paisagens do turismo

Com base nessa aplicação simplificada, Donnadiou (2008), sistematiza as tendências de evolução das paisagens de socalcos do âmbito geográfico mediterrânico, apontando para além do abandono e/ou atividade agrária de subsistência, mais três alternativas.

- 1) A primeira passaria por atribuir um valor patrimonial a essas paisagens, com estatuto de paisagens culturais; mas nessa situação haveria uma propensão para caírem no esquecimento –*amnesia* coletiva–, ou subsistirem como objeto de recordação –*anamnesis*–; poderiam, neste caso, chegar ao ponto de serem propostas como sítios classificados de herança mundial, ou serem incluídas num museu de maquetas do planeta.
- 2) A segunda poderia considerar a necessidade de valorizar as paisagens através da imagem, ou seja, através da sua esteticização, mesmo quando essas paisagens não exibem atributos especiais; seria uma possibilidade relacionada com interesses turísticos, recorrendo a uma ‘artealização’ (Roger 1997) através de representações por imagens e textos, para imprimir beleza, excitação, espetáculo.
- 3) Uma terceira, com menos possibilidades, poderia acontecer com recurso ao acréscimo de valor através da economia agrícola, de modo a moldar a paisagem para a tornar mais atrativa, não apenas pela ‘excelência’ dos produtos obtidos, mas também em termos estéticos.

No caso do Algarve, dado que o turismo surge sempre como principal força mobilizadora em termos de ordenamento do território, há uma propensão grande para que vingam as dinâmicas das paisagens do turismo. Efetivamente, nem as paisagens de socacos têm uma presença considerada espetacular, nem as perspectivas de desenvolvimento agrícola parecem vir a contemplar restauro de muros de pedra seca.

Desenvolvemos então um raciocínio baseado no método apresentado. Assim, considerando a região urbano-turística, na qual o barrocal corresponde a uma parcela importante da parte viva, o objetivo, em termos intersubjetivos, será necessariamente a construção de paisagens como bem comum, respondendo às procuras de prazer e excitação dos espetáculos que se colocam em termos individuais. Nessa medida, a reabilitação e/ou reconquista deverá respeitar os valores culturais e identitários que invocam a memória coletiva e conferem beleza (fig. 10).

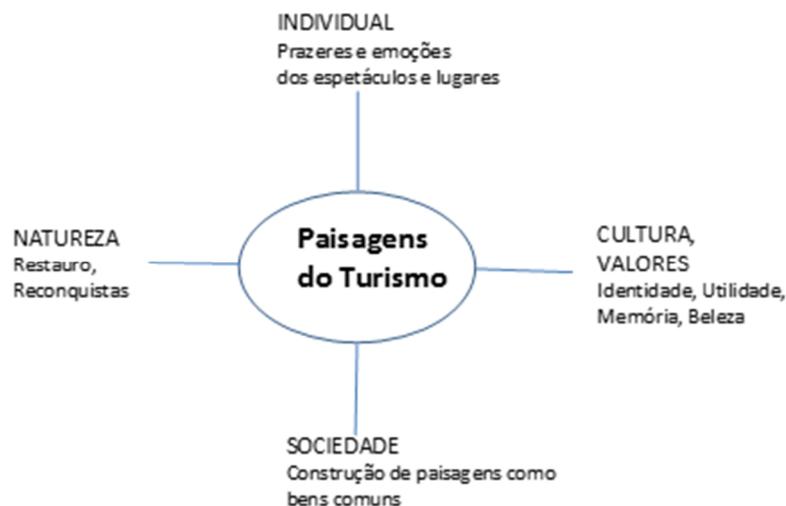


Figura 10. As paisagens do turismo. Fontes: Bachhaus, Reichler e Stremlow (2008); Donnadiou (2008).

8.3. Os projetos de paisagem

Com inspiração em Georges Neuray (1992), uma das questões chave que a seguir se coloca, quando se perspectiva a valorização, o restauro ou a reconquista, será a de ter claro quem são os destinatários dessas paisagens. Torna-se então indispensável atender à diversidade de olhares sobre a paisagem, em função das diferentes sensibilidades, aprendizagens e práticas. Nesse sentido, considera-se que as paisagens são lidas, basicamente, segundo as seguintes perspectivas: 1) de olhares treinados, familiarizados com a beleza e arte da paisagem, de estetas, pessoas de outras paragens, visitantes, incluindo aqui uma parte dos turistas; 2) de olhares iniciados, de pessoas que começam a interessar-se pelos modos de funcionamento da vida local, podendo ser habitantes locais ou naturais do Algarve, incluindo uma boa parte da população dos centros urbanos; 3) de olhares informados sobre a produção material e imaterial das paisagens, incluindo aqui os olhares ou visões científicas.

Isto não significa que cada maneira de olhar corresponda exatamente a uma única tipologia de paisagem; apenas indicia a atração que cada paisagem pode cativar. Uma paisagem pode agradar a muitas sensibilidades, embora outras possam atrair apenas uma ou duas maneiras de a apreciar³.

Os projetos para estas paisagens irão reportar-se a reabilitações, renovações, mas contemplando também as áreas que irão ser 'esquecidas' –património, amnésia coletiva. De qualquer modo, para satisfazer os diferentes olhares ou sensibilidades, o planeamento das paisagens nunca poderá deixar de atender aos valores culturais –identidade, utilidade, beleza e memória. Portanto, as grandes linhas terão que ser apontadas necessariamente numa escala regional, que só será eficaz através de uma governança partilhada envolvendo os olhares iniciados, treinados e grupos sociais informados que valorizem as paisagens construídas a nível local (Figura 11).

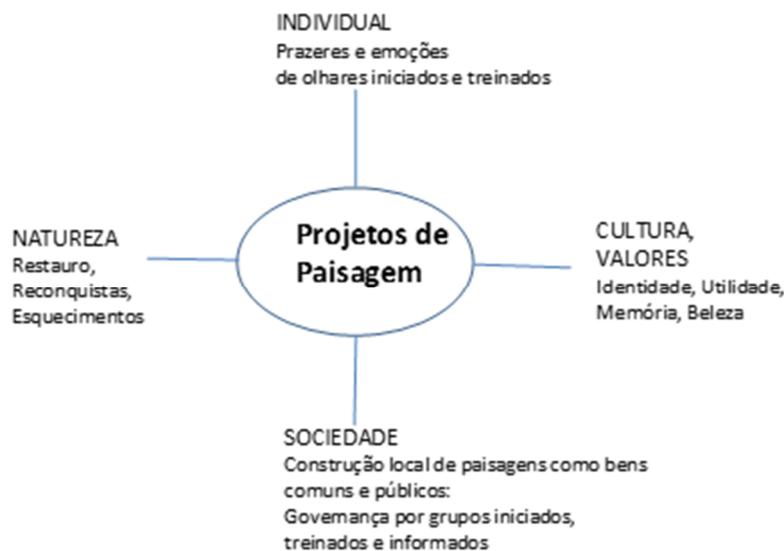


Figura 11. Os projetos de paisagem. Fontes: Bachhaus, Reichler e Stremlow (2008); Donnadiou (2008).

8.4. A governança de paisagem

A questão da governança e da forma em que pode ser desenvolvida, passa então a ser decisiva. Na situação atual podemos considerar três facetas essenciais: 1) transmissão legislativa –comando descendente, *top down*, desde a Convenção Europeia da Paisagem e respetiva transposição para a legislação nacional–; 2) iniciativas locais autossustentáveis (Magnaghi 2000), *bottom up*; 3) governança local de projetos de paisagem, *bottom up + top down*.

³ Os olhares treinados, em particular de turistas, tendem a valorizar cenários de maior esplendor formal e contraste, tipo Machu Pichu (Peru) ou campos de arroz em socalcos da Ásia. Uma paisagem de efeito cénico envolvente e expressivo em relação a um aglomerado urbano tradicional compacto, pode atrair tanto os olhares treinados, como os olhares iniciados dos próprios habitantes do lugar ou de agricultores, como ainda olhares mais informados de agrónomos, biólogos, arquitetos, arquitetos paisagistas, etc.

Quanto ao quadro legislativo, convém lembrar, por exemplo, alguns artigos da Convenção Europeia da Paisagem: artº 1 a) [Paisagem] "... uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, ..."; artº 1º c) "'Objetivo de qualidade paisagística" designa a formulação pelas autoridades públicas competentes, para uma paisagem específica, das aspirações das populações relativamente às características paisagísticas do seu quadro de vida" art. 6º c) 1 "Com a participação ativa dos intervenientes". A participação pública tem sido, no entanto, a grande falha nos planos convencionais em matéria de ordenamento do território e paisagem, imperando as práticas típicas *top down*, caracterizadas por decisões que se limitam a cumprir um ritual de legitimação baseado na transmissão descendente da informação, consulta pós elaboração dos projetos e tentativas de conciliação de interesses *a posteriori*.

No caso dos socalcos, Donadieu (2008) aponta como caso típico de decisão *top down* o Parque Público George Brassens, em Paris, no qual foram replicados socalcos vinhateiros do século XIX com fins não comerciais ou produtivos. Seria como se na costa do Algarve fosse decidido construir um parque urbano com uma réplica dos pomares de sequeiro do barrocal com mera finalidade estética ou recreativa, para satisfazer a população dos centros urbanos.

Quase por contraposição, a governança *bottom up* pressupõe a delegação das decisões nas comunidades locais, por forma a terem autonomia e oportunidade de prosseguir uma democracia local participativa. Um dos exemplos mais apontado é o da agricultura de lazer, *hobby farming*, em particular quando apoiada numa organização de grupos de cidadãos dispostos a intervir em unidades agrárias próximas da sua cidade, como acontece nos arredores de Florença (Pandolfi 2014). No Algarve não seria difícil imaginar o incentivo a grupos de cidadãos do meio urbano costeiro dispostos a arrendar ou adquirir propriedades do barrocal para explorar os pomares de sequeiro, com satisfação pessoal e contribuição coletiva a nível da conservação da identidade cultural.

Já a governança em *top down + bottom up*, implica todo um processo de co-decisão e envolvimento na gestão. Poderá ser o caso de projetos promovidos por instituições da Administração local ou regional que vão claramente ao encontro de aspirações legítimas de comunidades ou agentes sociais representativos dispostos a colaborar ativamente na promoção e continuidade desses projetos.

Voltando ao método apresentado, temos, em resumo, uma realidade física, material, biofísica a ser construída à luz de valores de identidade, memória coletiva, beleza e justiça. Tais valores serão conformes aos padrões éticos tanto de residentes, *insiders*, como de forasteiros, *outsiders*. Ao mesmo tempo, a liberdade das escolhas, a nível individual, no plano económico e no plano da fruição da

paisagem, irá enquadrar a legitimidade das decisões públicas sobre o futuro das paisagens de socos a serem reabilitadas, reconquistadas e/ou 'esquecidas'⁴.

Será então no âmbito de uma governança democrática que fará sentido utilizar a paisagem como instrumento de conhecimento e reconhecimento –valor patrimonial– dos lugares que nos envolvem, nos servem de suporte e nos alimentam, lugares esses que foram construídos por nós próprios, enquanto sociedade.



Figura 12. A governança da paisagem. Fontes: Bachhaus, Reichler e Stremlow (2008); Donnadiou (2008).

9. Considerações finais

Estamos atualmente num processo de evolução das políticas de paisagem que requerem mudanças a nível social, cultural e individual (Backhaus, Reichler e Stremlow 2008). É certo que não é fácil ultrapassar a nossa matriz dual, mas será precisamente por essa razão que vai ser crucial ir integrando, de maneira progressiva, os aspetos intangíveis nos projetos de desenvolvimento das paisagens.

Ao rejeitar as atuais aporias das cidades e metrópoles insustentáveis, acabaremos por ser necessariamente confrontados com utopias realistas, tanto nos níveis local/regional, como a nível global. Porque, como sugere Forman (2008), precisamos sempre de ter presentes 'grandes quadros' – cenários globais sustentáveis–: "Pensa Globalmente, Planeia Regionalmente e Então Atua Localmente. Tem em mente o planeta quando tomas decisões diárias. Mas o mais importante será conceber um plano para cada paisagem e cada região para trazer sustentabilidade à natureza e às pessoas. Então,

⁴ Como referido no ponto 8.2., a tendência atual para atribuir estatutos de conservação ou declarar de valor patrimonial certas paisagens, sobretudo se não houver um reconhecimento explícito por parte das populações, pode encerrar o risco de esquecimento coletivo.

com esse grande plano nas mãos, realiza as mudanças importantes e ajustamentos que encaixem no tal grande quadro” (Forman 2008, 317).

No caso da região urbana do Algarve, na qual a paisagem de socalcos suportados por muros de pedra seca constitui uma parte importante em termos socio-ecológicos, o primeiro passo terá que ser o conhecimento efetivo da presença física, extensão, adaptação topográfica, formas, combinações estéticas, bem como dos significados, símbolos, valores tecnológicos, ecológicos, socioeconómicos. Trata-se de aspetos que não mereceram, até agora, a devida atenção por parte dos organismos públicos responsáveis pelo ordenamento do território, apesar da cascada de planos que emergiram nas últimas duas décadas. Um segundo passo passará pela abertura de caminhos a formas mais democráticas de governança –*bottom up* ou combinação de *top down* e *bottom up*–, incentivando ações coletivas ou projetos concertados capazes de ultrapassar os mecanismos impositivos do planeamento convencional.

O facto de a estrutura dos muros de pedra seca do Algarve não apresentar uma modelação contrastante e espetacular limita um reconhecimento de valor patrimonial em termos convencionais. No entanto, o conjunto das paisagens mediterrânicas tradicionais de socalcos vai adquirindo um reconhecimento crescente, tanto por parte de olhares informados como de formados e iniciados. Na parte ocidental da orla costeira sul da Península ibérica não tem havido um levantamento sistematizado capaz de conduzir a um conhecimento informado; os fortes impactes do setor turístico, nas regiões costeiras não têm sido compensados pela preocupação em valorizar a paisagem que pode alimentar o futuro desse mesmo setor.

Para prosseguir uma utopia realista, o mais importante será, sem dúvida, a tomada de consciência do valor cultural da paisagem por parte das pessoas que com ela coexistem. Nesse sentido, muitos olhares precisarão de ser iniciados, especialmente entre os habitantes dos centros urbanos. Mas, por outro lado, o turismo terá todo o interesse em contribuir para uma ‘artealização’ da paisagem, para enfatizar os valores simbólicos e facilitar assim o reconhecimento do valor cultural. Nesta medida, podem haver possibilidades de reabilitar ou renovar uma parte da estrutura de muros de pedra seca da região urbano-turística do Algarve, aprendendo ao mesmo tempo a esquecer ... ao atribuir novos valores.

Referências

Abreu, A., T. Correia, e R. Oliveira. *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental*. Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004.

Antão, T. “O Espaço de Habitar Vernacular No Barrocal Algarvio.” Tese de Mestrado em arquitetura, Évora, 2010.

- Backhaus, N., C. Reichler, e M. StremLOW. "Conceptualizing Landscape: An Evidence-based Model with Political Implications." *Mountain Research and Development*, 2008: 132-139.
- Berque, A. *Médiance, de milieux en paysages*. Paris: GIP reclus, 2000 (reed. 1990).
- Berque, A. "Tétralemme et milieu humain : la mésologie à la lumière de Yamauchi." *Ebisu* 49 (2013): 57-71.
- Bethemont, J. "Sur les origines de l'agriculture hydraulique." Em *L'Homme et l'eau en Méditerranée et au Proche Orient*, de F. Métral e J. Métral, 57-72. Lyon: Maison de L'Orient, 1982.
- Bragança, C. *Metodología para la evaluación de sistemas territoriales. Aplicación al sistema hidrológico-hidráulico del Algarve*. Tesis doctoral, Geografía e História, Universidad de Sevilla, Sevilla: Universidad de Sevilla, 2006.
- Braudel, F. *Memórias do Mediterrâneo. Pré-história e Antiguidade*. Lisboa: Terramar, 2001.
- Brisson, L. *Le même et l'autre dans la structure ontologique du Timée de Platon*. Sankt Augustin: Academia Verlag, 1994.
- Costa, F., J. Brites, M. Pedrosa, e A Silva. *Carta hidrogeologica da orla algarvia*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal, 1985.
- Donnadieu, P. "As paisagens agriurbanas: uma utopia realista?" Em *Filosofia e Arquitetura da paisagem. Um manual*, de A. Serrão (coord). Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012.
- . "Terraced Landscapes in Europe: Why, for whom and how?" *ALPTER project*. Ljubljana, Slovenia, 2008.
- Feio, M. *Le Bas Alentejo et l'Algarve*. Évora, Portugal: Centro de Ecologia Aplicada da Universidade de Évora, 1983.
- Forman, R. *Land Mosaics: The Ecology of Landscapes and Regions*. New York: Cambridge University Press, 1995.
- . *Urban Regions. Ecology and Planning Beyond the City*. New York: Cambridge University Press, 2008.
- Foster, G.R. "Terraces and Terracing." *Encyclopedia of Soil in the Environment*, 2004: 135-143.
- Guerny, J., e L. Hsu. "Terraced Landscapes: Meeting to challenges to sustainability. A Northern Mediterranean agriculture perspective." *First Terraced Landscape Conference*. Honghe, China, 2010.
- Hansen, B. "Ethics and Landscape: Values and Choices." *Ethics, Place and Environment* 4 (2000): 246-252.
- Kaletsky, A. *Capitalism 4.0: The Birth of a New Economy*. London: Bloomsbury, 2011.
- Larcena, D. "Terrasses et Eau Des Versants En Méditerranée. Dynamiques Écologiques et Économiques." Em *De L'eau Agricole À L'eau Environnementale. Résistance et Adaptation Aux Nouveaux Enjeux de Partage de L'eau En Méditerranée*, de C. Aspe, 241-252. Versailles: Éditions Quae, 2012.
- Magnaghi, A. *Il progetto locale*. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

- Naredo, J. "La Ordenación del Territorio: sus presupuestos y perspectivas en la actual crisis de civilización." *Cursos de Ordenación del Territorio*. Madrid, 1982.
- Neuray, G. *Des paysages. Pour qui ? Pourquoi ? Comment ?* Gembloux: Les presses agronomiques de Gembloux, 1992.
- Pandolfi, G. "Ritorno alla terra: problematiche legate all'accesso alla terra." *Scienze del territorio*, 2014: 287-298.
- Petrella, R. *Le Bien commun. Éloge de la solidarité*. Bruxelles: Labor, 1996.
- Reynès, A. *Patrimoni de Marjades a la Mediterrania Occidental. Una proposta de catalogacio*. Mallorca, España: Fodesma, 2000.
- Roger, A. *Court Traité de Paysage*. Paris: Gallimard, 1997.
- Watsuji, T. *Fūdo, le milieu humain*. Paris: CNRS, 2011 (1935).